



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

Ata da 3ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF

Aos 30 de novembro de 2011, ocorreu a 3ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), na cidade de Brasília, na sala de multiuso do Serviço Florestal Brasileiro, contando com a presença dos seguintes membros:

- Antônio Carlos Hummel – SFB;
- Benony Pereira Mamede – CONTICOM;
- Carlos Eduardo Portella Sturm – INCRA;
- César Augusto dos Reis – CNI;
- Claudia Azevedo Ramos – SFB;
- Edson Junqueira Leite – MAPA;
- Fernando Tatagiba – MMA;
- Helena Oliveto Greco – SEBRAE;
- Henrique Nascimento – MCTI;
- Jaldes Langer – CNI;
- Maurício Voivodic – FBOMS;
- Rogério Luiz Rodrigues – ANAMMA
- Suely Menegon Bertoldi – ABEMA;

Além dos membros, a reunião contou com a presença dos seguintes participantes:

- Cristina Galvão – SFB;
- Fábio Chicuta Franco – SFB;
- Elizângela Januário – SFB;
- João Paulo Sotero – SFB;
- Marcelo de Macedo Reis – SFB; e
- Pedro Paulo Martins da Fonseca – SFB;

A reunião foi aberta às 9h30 pelo **Sr. Antônio Carlos Hummel**, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), que solicitou a apresentação de cada um dos participantes, destacando a inclusão de novos membros.

Posteriormente, o **Sr. João Paulo Sotero**, Gerente Executivo de Capacitação e Fomento do SFB, apresentou a agenda da reunião:

- Apresentação do Serviço Florestal Brasileiro;
 - Panorama da atuação do órgão;
 - Carteira de projetos do FNDF;
 - Apresentação da proposta do Plano Anual de Aplicação Regionalizada (PAAR) 2012.

Em observância ao primeiro tema da pauta, o **Sr. Antônio Carlos Hummel** fez uma apresentação sobre as atribuições e atividades em execução no Serviço Florestal Brasileiro, destacando o Cadastro Nacional das Florestas Públicas, o Inventário

Florestal Nacional e a situação das concessões florestais.

Sobre as concessões, disse que existem considerações quanto a agilidade do processo, mas esclareceu que isso se deve à própria rotina da Administração Pública, à dificuldade de se instruir os processos e ao fato do SFB não ter a gestão completa das áreas que atua, dependendo dos trâmites de outros órgãos. Ressaltou que mesmo com as dificuldades, ocorreram progressos. Acredita que é preciso aumentar o número de áreas em concessão para contribuir no combate ao desmatamento e à grilagem de terras, salientando que alguns estados têm um potencial enorme para o manejo florestal.

Finalizou dizendo que o manejo na Caatinga tem se mostrado promissor e que o FNDF será uma excelente ferramenta para alavancar o desenvolvimento florestal no futuro, à medida que ampliar seu escopo de atuação.

Antes da apresentação da carteira de projetos do FNDF e do PAAR, o **Sr. Carlos Sturm** questionou se o PAAR a ser apresentado já estava definido. O **Sr. João Paulo Sotero** respondeu que não, pois se trata de uma proposta apresentada pelo SFB aos membros do Conselho Consultivo, que, embora não possam deliberar em caráter conclusivo sobre o tema, podem dar contribuições.

Em seguida, o **Sr. João Paulo Sotero** iniciou sua exposição sobre o FNDF, destacando o seu papel no desenvolvimento florestal. Abordou as fontes de recursos do fundo; a função do Conselho Consultivo; o planejamento por meio dos Planos Anuais de Aplicação Regionalizada; a forma de operação; a carteira de projetos e a proposta do PAAR – 2012.

Ao tratar do Conselho Consultivo, o **Sr. João Paulo Sotero** explicou que, até a presente data, houve duas reuniões em 2010 e que esta será a única reunião de 2011. Contudo, o regimento estabelece duas reuniões ordinárias por ano – uma para tratar da carteira de projetos e outra para apreciar o PAAR –, o que não aconteceu em 2011 devido ao fato da carteira de projetos do fundo ainda ser muito pequena e, portanto, não justificando uma reunião exclusiva. Assim, optou-se por concentrar em uma única reunião os temas referentes à carteira de projetos e do PAAR. Além disso, o esforço realizado este ano foi de consolidar os projetos selecionados em 2010. Assim, para o próximo ano é preciso avaliar juntamente com os membros se haverá a necessidade de duas reuniões ou se o envio de informes sobre as atividades em execução será suficiente.

O **Sr. Antônio Carlos Hummel** acha importante manter as duas reuniões, pois o fundo deve atualizar os membros sobre as suas atividades. Nesse sentido, o **Sr. Maurício Voivodic** concorda e defende que na reunião do primeiro semestre de 2012 o Conselho possa avaliar o resultado das chamadas operadas pelo fundo em 2011. O **Sr. Antônio Carlos Hummel** sugere os meses de maio e novembro para as próximas reuniões, o que foi acatado por todos.

No que tange ao PAAR, o **Sr. João Paulo Sotero** explicou que ele é um instrumento de planejamento das atividades do fundo para o ano seguinte. Ressaltou a limitação do fundo pelo fato de ser contábil, o que implica em perder o recurso se este não for gasto ou empenhado até o fim do ano. Destacou, ainda, que o FNDF não utiliza o convênio como seu instrumento principal, uma vez que o público prioritário do fundo – comunitários, agricultores – geralmente não tem condições de executar projetos por meio de convênios, considerando as complexas regras, o que dificultaria a realização do objeto. Assim, o fundo optou por contratar os serviços demandados por meio de licitação.

Detalhou as operações do FNDF informando que o fundo elabora Chamadas Públicas

para seleção de projetos, nas quais o proponente pode encaminhar a demanda em favor de um outro beneficiário, já que a lei estabelece que os recursos do fundo somente poderão ser destinados a projetos de órgãos e entidades públicas, ou de entidades privadas sem fins lucrativos. Em seguida, uma comissão de seleção faz a análise dos projetos e classifica-os tecnicamente para receber apoio. Após os projetos serem selecionados, o FNDF elabora os editais para a contratação dos serviços demandados pelos beneficiários, via licitação.

O **Sr. Edson Leite** indagou se uma ONG que manda o projeto vai ser o executor ou se uma outra entidade pode ser contratada. O **Sr. João Paulo Sotero** afirmou que pode ser outra entidade, o que não impede a ONG de disputar o pregão, caso tenha capacidade técnica e ofereça o menor preço.

O **Sr. João Paulo Sotero** explicou que, depois de assinado o contrato, há o acompanhamento da execução. Ele ressalta que, na contratação, primeiro é prestado o serviço e posteriormente a Administração paga pelo produto. Nos convênios há uma inversão, pois a Administração Pública primeiro transfere o recurso todo e só depois recebe a prestação de contas. Apesar de ser trabalhoso, o pregão possibilita a concorrência e o valor previsto no início da operação cai em virtude da competição, o que não acontece com os convênios.

O **Sr. Antônio Carlos Hummel** informou que o Governo Federal editou uma nova portaria referente a convênios, a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011, que estabelece regras mais rígidas para a celebração de convênios, de modo que a orientação é evitá-los quando for possível contratar. A **Sra. Claudia Ramos** destacou que no pregão é possível fazer um edital para contratar vários projetos, ao passo que nos convênios é preciso fazer um para cada projeto. O **Sr. João Paulo Sotero** concluiu dizendo que a licitação não é uma modalidade exclusiva de operação do fundo, mas a forma prioritária. A execução dos contratos será acompanhada pelas Unidades Regionais do SFB, o que propicia um acompanhamento mais próximo da execução dos serviços contratados.

O **Sr. Carlos Sturm** perguntou sobre a possibilidade de outros órgãos transferirem recursos para o FNDF, pois o INCRA tem interesse em aportar recursos no fundo. Para 2012, o INCRA tem uma ação de manejo florestal que dialoga com o fomento do manejo e da restauração, mas eles têm dificuldade para executar o recurso, por conta das amarras da Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008, que trata de convênios, bem como em realizar licitações com celeridade. Ressaltou que a estratégia do fundo (Chamada FNDF 3/2010) teve grande êxito no Piauí. Perguntou qual seria o instrumento para aportar recursos, de modo a viabilizar a parceria. Por fim, confessou que esperava algo que fugisse da licitação e dos convênios. Queria saber como foi a experiência com o pregão e se ele é menor preço ou preço e técnica.

O **Sr. João Paulo Sotero** esclareceu que a parceria pode ser formalizada por meio de um Termo de Cooperação para repassar o recurso. O **Sr. Antônio Carlos Hummel** tratou das dificuldades para realizar licitações no início, pois era necessário montar um bom termo de referência e depois passar pelo crivo da Consultoria Jurídica. Porém, o SFB conseguiu aprovar o modelo ideal para esse tipo de contratação, o que facilitará enormemente os futuros processos.

O **Sr. Carlos Sturm** ressaltou que levará o assunto à sua diretoria (INCRA) para tentar viabilizar uma parceria junto ao FNDF e pediu mais informações sobre o pregão. O **Sr. Antônio Carlos Hummel** alertou para a necessidade de que o repasse seja efetuado antes de maio, para que haja tempo hábil de realizar todos os trâmites burocráticos e

lograr, ao final, a execução do recurso, uma vez que em dezembro o tesouro recolhe os recursos não executados.

O **Sr. João Paulo Sotero** informou que o pregão é por menor preço, mas que a técnica não fica prejudicada, pois os requisitos de capacidade técnica são muito bem detalhados no termo de referência. A **Sra. Claudia Ramos** salientou a importância do termo de referência para o sucesso da prestação do serviço e que ele não é aprovado até estar completamente afinado técnica e juridicamente.

O **Sr. João Paulo Sotero** trouxe como exemplo o caso da contratação do SFB para prestar assistência técnica aos assentados de Pernambuco. No dia do pregão, foi necessário desabilitar uma instituição porque ela não tinha os requisitos técnicos necessários, mas, para tanto, foi preciso estar muito bem embasado tanto tecnicamente quanto juridicamente. Afirmou, ainda, que os pregões não estão apresentando deserto e que o fato do fundo ter realizado um cadastro de potenciais fornecedores foi importante para aumentar o número de competidores. Eles receberam informações sobre a documentação necessária para participar do pregão, a fim de poderem se preparar, em tempo hábil, para a futura licitação. Além disso, a divulgação foi essencial para que as pessoas conhecessem o processo e que boas instituições pudessem se habilitar ao processo.

Na sua exposição sobre o PAAR – 2010, o **Sr. João Paulo Sotero** mostrou o que foi planejado e o que foi realizado.

O **Sr. João Paulo Sotero** destacou que o esforço para fazer um edital com cinco beneficiários é o mesmo para fazer com cinquenta. Desse modo, basta o fundo ter mais recursos para poder ampliar a sua escala. Caso o INCRA tenha interesse, é preciso iniciar logo as tratativas para lançar novas Chamadas Públicas em 2012, nos moldes desejados.

Informou, ainda, que foi realizada avaliação no sentido de detectar os principais gargalos internos para o bom andamento dos processos das chamadas. Assim, os próximos processos serão mais ágeis. Questões jurídicas também foram responsáveis pelo atraso na execução, porém já estão pacificadas, o que deverá acelerar as futuras contratações.

O **Sr. João Paulo Sotero** ressaltou que o pregão é um instrumento interessante por diminuir o preço estimado e citou como exemplo o preço da Chamada Pública FNDF 03/2010 cuja estimativa era de R\$ 300.000,00 e caiu para R\$ 234.000,00.

O **Sr. Maurício Voivodic** questionou se mesmo que os pregões dessas três chamadas pendentes sejam realizados esse ano, se o SFB não perderá o recurso. O **Sr. João Paulo Sotero** explicou que contratando esse ano é possível empenhar e colocar os recursos em restos a pagar. O **Sr. Carlos Sturm** ficou preocupado com a possibilidade do INCRA colocar recursos no fundo e perdê-los. O **Sr. Antônio Carlos Hummel** esclareceu que os pontos críticos já foram identificados e questões controversas pacificadas. No caso do acordo, o valor repassado será dentro de 24 meses e no primeiro ano será repassado menos recursos.

O **Sr. Maurício Voivodic** indagou sobre o que ocorre com os projetos quando o recurso é perdido. O **Sr. João Paulo Sotero** explicou que isso aconteceu em 2010, mas que o FNDF honrou o compromisso assumido com os beneficiários. O processo foi aprimorado e as questões apontadas pela jurídica foram sanadas. Salientou que o fundo pretende ser reconhecido pela sociedade como um instrumento transparente e ágil e que deixar de honrar seus compromissos não contribui para essa visão. Assim, mesmo que o

fundo faça outras chamadas, os projetos selecionados e recomendados para apoio, serão contratados.

O **Sr. Rogério Rodrigues** questionou se uma única empresa vai prestar serviço para todos os projetos de uma chamada, acreditando que tal fato fosse negativo. O **Sr. João Paulo Sotero** afirmou que sim, porque as demandas são muito semelhantes, considerando o objeto presente na chamada, de modo que uma única pessoa jurídica poderia executá-lo, ganhando em economia de escala. O **Sr. Antônio Carlos Hummel** argumentou que há ganhos ao se adotar esse modelo, já que não há prestação de contas por projetos, mas por produtos. Ressaltou que o Governo Federal está partindo para essa tendência, devido ao caráter mais restritivo dado aos convênios pela Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011. Acrescentou que muitas instituições não querem trabalhar com o Governo Federal, porque temem as prestações de contas, que são complexas. Ressaltou a maior transparência do processo licitatório.

O **Sr. João Paulo Sotero** apresentou aos conselheiros o PAAR – 2011 e seus resultados.

Sobre outras iniciativas da Gerência Executiva de Capacitação e Fomento (GECAF), o **Sr. João Paulo Sotero** citou uma parceria que envolveu o MMA para a capacitação de duzentos extensionistas, mas diante da ausência de recurso, a operação ficou postergada para 2012. Além disso, o Guia de Financiamento Florestal foi atualizado. Iniciou-se, também, o mapeamento dos fundos socioambientais estaduais, para que o FNDF possa conhecer as áreas de apoio destes fundos e também planejar operações conjuntas no futuro. A GECAF se envolveu juntamente com Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e Fundo Socioambiental da CAIXA na elaboração e lançamento de Termo de Referência para Eficiência Energética e Uso Sustentável da Caatinga. Outra ação foi a parceria com o Fundo Amazônia para elaboração de um edital para apoio à projetos de manejo florestal madeireiro e não-madeireiro, entre outros temas, no qual o BNDES vai aportar R\$50 milhões. O FNDF vai participar do processo, contribuindo na seleção dos projetos e monitorando a execução.

Pelo exposto, o **Sr. João Paulo Sotero** revelou que o PAAR não foi executado exatamente como esperado, em razão da falta de recursos financeiros, fazendo com que algumas iniciativas fossem postergadas ou adaptadas. Em compensação, buscou-se atuar em novas ações que não dependessem de contribuições pecuniárias do fundo.

O **Sr. Maurício Voivodic** pediu esclarecimentos, perguntando se houve chamadas para a concretização dessas outras ações que o fundo participou. O **Sr. João Paulo Sotero** respondeu que não. O recurso que o fundo tinha para 2011 foi para pagar os compromissos de 2010. Como não havia recursos extras, o fundo investiu em novas parcerias. Não houve aporte de recursos financeiros, e sim de recursos humanos para influenciar e qualificar as demandas.

O **Sr. Jaldes Langer** questionou se os recursos destinados às bolsas saíam do fundo para o CNPq. Foi esclarecido que sim e que para lançar um edital, são necessários recursos da ordem de R\$ 4 milhões, como não houve recursos, não foi possível executar essa ação.

Em seguida, o **Sr. João Paulo Sotero** iniciou a sua exposição sobre o PAAR – 2012. A proposta tem como temas: o fortalecimento do manejo florestal sustentável e o fortalecimento da gestão de negócios florestais madeireiros. As futuras chamadas visam a prevenir um eventual “apagão” de mão-de-obra no setor, considerando que outros recursos estão sendo disponibilizados para o setor, cabendo ao FNDF a capacitação de

profissionais para dar conta dessa nova demanda. Além disso, visam também apoiar a melhoria dos processos de gestão de empreendimentos florestais. O **Sr. Antônio Carlos Hummel** ressaltou que há uma demanda por mão-de-obra qualificada, sobretudo das empresas madeireiras que ganham as concessões.

A **Sra. Helena Greco** destaca a importância do SENAI, além do próprio SEBRAE participar desse processo, porque eles que atuam mais na área industrial. O SENAI é o fornecedor do SEBRAE nesses tipos de projetos e poderia até participar dos editais.

O **Sr. César Reis** destacou a importância de uma articulação com o SENAR. Sugere ainda que o CNA/SENAR seja convidado para as próximas reuniões.

O **Sr. Antônio Carlos Hummel** acredita que a parceria com o SENAI, SENAR e CNA são fundamentais e que o FNDF contatará cada uma das instituições.

O **Sr. João Paulo Sotero** informa que, na Amazônia, os territórios prioritários serão os que estão sob influência das concessões e, na Caatinga, os polos ceramistas e o polo gesseiro.

A **Sra. Helena Greco** sugere conversas com a Associação Nacional da Indústria Cerâmica (ANICER). Afirmou que é uma associação que o SEBRAE já trabalha e que é bastante representativa e tem muito a contribuir. Também sugere a participação do Comitê de Base Mineral e se comprometeu a passar os contatos.

Segundo a estimativa de recursos, o FNDF contará, em 2012, com R\$ 2 milhões. Adicionalmente, o fundo buscará outras parcerias para aumentar os recursos. O **Sr. João Paulo Sotero** ressaltou que a expectativa para 2015 é de que haja R\$ 15 milhões somente da fonte relativa às concessões florestais.

Finalizada a proposta, o **Sr. João Paulo Sotero** solicitou aos membros do Conselho Consultivo que fizessem seus comentários e lembrou que a lei determina que o PAAR seja publicado até 31 de dezembro, o que permite que emendas sejam feitas.

O **Sr. Maurício Voivodic** destacou a importância dos temas selecionados no PAAR – 2012, mas se preocupou com sua forma de escolha, sobretudo diante da perspectiva de crescimento do fundo. Ressaltou que muitas vezes há uma falta de continuidade das ações financiadas. Sugeriu a criação de uma estratégia que dê continuidade aos projetos apoiados ao invés de ficar criando novos temas. Seria interessante ter um plano macro, com um período de tempo ampliado, e não mudar ano a ano, ainda que essas ações sejam importantes.

O **Sr. Antônio Carlos Hummel** concordou ressaltando que a não continuidade leva a fragmentação. Salaria, contudo, que a grande dificuldade é a falta de recursos, o que dificulta o planejamento das ações futuras. Nesse sentido, a **Sra. Claudia Ramos** reafirmou que é preciso pensar a longo prazo. Destacou o programa de manejo florestal comunitário e familiar que antes era feito ano a ano e passou a ser pensado em um período maior, considerando a limitação de recursos – R\$ 2 milhões.

O **Sr. Maurício Voivodic** reafirmou que os temas escolhidos são importantes, contudo, destacou a necessidade de dar continuidade as ações iniciadas e recomendou que o planejamento das ações seja pensado a médio e longo prazos.

O **Sr. Benony Mamede** manifestou a sua preocupação com questões ambientais. Esteve em Paragominas e em Itacoatiara, locais onde é feito o manejo e depois a área é abandonada. Questionou como seria feito o acompanhamento da recuperação da área e lembrou que o solo da Amazônia é pobre, sendo mais complicada a restauração. O **Sr. Antônio Carlos Hummel** explicou que se houver exploração de manejo de baixo

impacto sobre a floresta, a degradação tende a ser pequena e o volume de produção ao longo dos anos se mantém. Isso foi demonstrado no Projeto Ambé de Manejo Florestal na Floresta Nacional do Tapajós.

O **Sr. Carlos Sturm** reforçou a necessidade de capacitar os extensionistas que possam prestar assistência técnica e extensão rural (ATER), de forma que haja mão-de-obra capacitada em quantidade suficiente para atender às demandas dos futuros pregões relacionados ao tema, evitando que eles dêem desertos por essa razão.

O **Sr. Antônio Carlos Hummel** destacou que é essencial que o INCRA fomente o manejo florestal e que o FNDF pode ser um dos instrumentos para isso. Informou, ainda, que havendo tratativas entre SFB e INCRA, é possível incluir, no PAAR 2012, uma chamada para capacitação e assistência técnica para a promoção do manejo florestal em assentamentos na Amazônia.

O **Sr. Jaldes Langer** ressaltou que não se pode iniciar uma ação e depois abandoná-la. A continuidade é essencial. Assim sendo, o novo Código Florestal vai trazer uma demanda enorme por sementes, sendo imperativo fortalecer a produção de sementes e mudas e as redes de sementes. Lembrou que é importante evoluir e inovar, mas também desburocratizar o Estado. É preciso regulamentar, mas sem burocratizar para tornar a floresta mais atrativa.

O **Sr. Fernando Tatagiba** destacou que todas as falas concordaram com a do **Sr. Maurício Voivodic**, no sentido de se evitar a descontinuidade e a pulverização. Um plano tático de fomento florestal, por exemplo, poderia ser desenvolvido no universo de tempo de um PPA, de modo que os próximos PAARs estariam aliados com essa tática. Imagina que o FNDF tem uma estratégia já estabelecida, com a sua missão e onde quer chegar. Assim, uma tática poderia sistematizar essa atuação num universo de tempo pré-determinado para analisar o que foi alcançado e evitar que mudanças de diretoria, gerência ou governo implique em mudanças bruscas na atuação do Fundo.

O **Sr. Antônio Carlos Hummel** ressaltou a necessidade de uma estratégia de fomento, sobretudo um marco legal com foco no fomento florestal, no sentido de promover uma economia de base florestal. Nesse sentido, o **Sr. João Paulo Sotero** informou que o SFB, em parceria com o Banco Mundial, está em fase final de contratação de consultoria, que subsidiará a criação da estratégia de fomento do Serviço Florestal, bem como a elaboração de um marco legal que trate do fomento florestal no país.

O **Sr. Edson Leite** elogiou o fato de constar do PAAR 2011 o bioma Cerrado, mas questionou o porquê de no de 2012 ele não ter sido contemplado. Sugere que seja considerado o Cerrado, pois o bioma tem as mesmas características da caatinga quanto à demanda de lenha para polos ceramistas. Poderia, dessa forma, atuar o fundo nessa região, já que foi eleita como área prioritária em 2011. A questão do carvão é de suma importância para o Cerrado.

O **Sr. Antônio Carlos Hummel** esclarece que é fundamental que o fundo amplie sua atuação, contudo, os recursos ainda são pequenos, sendo necessário foco. Ressaltou que a equipe do FNDF vai dialogar com as instituições sugeridas pelos conselheiros no sentido de ampliar parcerias. Ademais, informou que o FNDF está em tratativas com outros fundos para ampliar sua capacidade financeira. Nos próximos anos, quando o fundo tiver uma maior disponibilidade de recursos, um planejamento maior será buscado e outras áreas inseridas.

A **Sra. Suely Bertoldi** reforçou a necessidade da continuidade das ações do fundo para que os recursos não se percam. No geral, parabenizou o trabalho realizado para a

construção do fundo.

A **Sra. Helena Greco** sugeriu inserir no âmbito das chamadas do FNDF indicadores para medir o grau de efetividade daquela ação, focada na gestão para resultados.

O **Sr. Rogério Rodrigues** ressaltou a necessidade da continuidade dos projetos. Citou a sua experiência com alguns projetos e relatou que os municípios são os que mais sofrem com os problemas ambientais. Acredita que é preciso envolvê-los para que os projetos tenham continuidade. Sugere, então, que os municípios participem desse processo, sobretudo os que vão receber recursos das concessões, salientando que eles precisam investi-los em meio ambiente com esses, pois, muitas vezes, essa área é preterida.

O **Sr. Maurício Voivodic** sugeriu que o fundo criasse um calendário, pois ele gostaria de informar, com antecedência, ao FBOMS as datas das reuniões. O **Sr. João Paulo Sotero** se comprometeu em encaminhar um calendário e, ainda, em melhorar a comunicação com os membros do Conselho Consultivo. Inclusive, ressaltou que as chamadas de projetos serão apresentadas aos conselheiros, assim que estiverem formatadas para colher sugestões – sem que para isso seja necessário realizar reuniões, de modo a envolver os membros na rotina do fundo.

Encerradas as discussões, por volta das 12h30, o PAAR-2012 foi colocado em votação, tendo sido aprovado, com as sugestões supracitadas, pela unanimidade dos membros presentes.

O **Sr. Antônio Carlos Hummel** apresentou os encaminhamentos da reunião:

- O SFB iniciará processo de construção de sua estratégia de fomento. Caso esteja concluída, será apresentada na próxima reunião;
- O FNDF encaminhará um cronograma com a previsão das principais atividades e reuniões do Conselho Consultivo, desde já estipuladas para maio e novembro de 2012;
- O INCRA deverá se manifestar sobre a possibilidade de um Termo de Parceria para viabilizar uma nova chamada nos assentamentos, não prevista no PAAR-2012.

Em seguida, houve o encerramento da reunião com o agradecimento a todos pela participação.

Subsídios e documentos disponibilizados na reunião:

1. Apresentação sobre o FNDF;
2. Minuta do PAAR – 2012;
3. Regimento Interno do Conselho Consultivo do FNDF.